



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE PESQUISA E
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO
PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

NICOLAS GONÇALVES DA SILVA

Fenômeno Milícia

A correlação entre criminalidade e precariedade urbana no Rio de
Janeiro

Rio de Janeiro

2023

NICOLAS GONÇALVES DA SILVA

FENÔMENO MILÍCIA

A correlação entre criminalidade e precariedade urbana no Rio de Janeiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do curso de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador: Orlando Santos Junior

Rio de Janeiro

2023

CIP - Catalogação na Publicação

G638f Gonçalves da Silva , Nicolas
 Fenômeno Milícia A correlação entre criminalidade e
 precariedade urbana no Rio de Janeiro / Nicolas
 Gonçalves da Silva . -- Rio de Janeiro, 2023.
 35 f.

 Orientador: Orlando Santos Junior .
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
 de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,
 Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento
 Econômico e Social, 2023.

 1. Milícia. 2. Criminalidade. 3. Precariedade
 Urbana. 4. Estado. 5. Vulnerabilidade social. I.
 Santos Junior , Orlando , orient. II. Título.

NICOLAS GONÇALVES DA SILVA

FENÔMENO MILÍCIA

A correlação entre criminalidade e precariedade urbana no Rio de Janeiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do curso de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Apresentado em: 20/12/2023

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
ORLANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
Data: 24/07/2024 17:03:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROF(A) ORIENTADOR(A): ORLANDO SANTOS JÚNIOR



Documento assinado digitalmente
MARCELO GOMES RIBEIRO
Data: 24/07/2024 16:45:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROF(A) AVALIADOR(A): MARCELO GOMES RIBEIRO

Dedico esse trabalho aqueles que sacrificaram para que em cada experiência eu tivesse uma lição, para aqueles que fizeram do sol a sombra que me ajudou a pavimentar o caminho e principalmente aqueles que acreditaram que eu podia independente do que fosse. Essa vitória também é de vocês

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço a Deus que me ajudou e me sustentou até aqui. Agradeço a minha família que me deu suporte, torceu por mim e esteve comigo em vários momentos difíceis durante a graduação, e se me formo hoje é por causa deles.

Meus pais foram fundamentais em cada passo dessa jornada. Meu pai que sempre me deu suporte seja nas coisas mais simples até as mais complexas, sempre arrumou um jeito de me ajudar e foi um dos meus maiores apoiadores e incentivadores, nunca deixou eu desistir de algo que eu comecei e sou grato por isso. Minha mãe que sempre fez enxergar soluções eficientes e foi aconchego em momentos de dificuldades, sempre apoiou minhas escolhas além de sempre ter um conselho sábio, se hoje eu estou me graduando é por causa dela.

Agradeço a todos os meus colegas de graduação, que sem vocês e a ajuda de vocês eu não teria passado por todos os desafios que a faculdade proporcionou. Eu carrego vocês comigo.

Sou grato a todos os meus amigos que me escutaram, me deram suporte e estiveram comigo em todos os momentos. Sorriram, choraram e comemoraram comigo cada aspecto do que eu passei. Obrigado Ruth por ter me ajudado desde o início dessa jornada mesmo que não tenha terminado comigo, mas me acompanhou até aqui. Obrigado Juliana por ser meu ombro amigo e me incentivar a sempre ser melhor. Obrigado Prates por sem um presente da minha graduação me ajudar a entender os aspectos positivos e negativos.

Sou grato aos meus orientadores que foram pacientes comigo em minha jornada acadêmica e me ensinaram muito nesse tempo. Me sinto privilegiado de compartilhar isso com vocês.

Eu agradeço a todos que fizeram parte dessa jornada, mesmo que não mais aqui eles me ajudaram a chegar onde eu estou e sou extremamente grato por isso.

RESUMO

O presente trabalho busca traçar a correlação entre criminalidade e precariedade urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com um enfoque principal no fenômeno da milícia. Com isso, tem-se como objetivo analisar como a violência e o crime se alocam em áreas de vulnerabilidade urbana e porque essas áreas são os focos territoriais desses grupos. Sendo assim, compreende-se que ao longo dos anos a criminalidade mudou, e se adaptou ao espaço urbano recorrendo a novos modos de se legitimar e expandir sua área de atuação, mas existe um fator em comum na escolha desses territórios? Por isso, torna-se importante traçar essa análise para a compreensão de quais são as áreas escolhidas como precursoras desses modelos de violência, além de como a estrutura urbana tem um papel fundamental nessa escolha. Como metodologia, utilizou-se artigos e livros sobre a violência e a precariedade urbana, além da análise dos dados sobre o desenvolvimento desses grupos e onde eles se alocam. Dessa forma, observou-se como o crime está intrinsecamente ligado a territórios precários, e como para o funcionamento do seu modelo de negócio essas áreas são fundamentais, juntamente a isso, constatou-se como a milícia se aproveita dessa infraestrutura urbana para manter sua soberania no território.

Palavras-chaves: milícia; criminalidade; precariedade urbana; estado; vulnerabilidade social; violência.

ABSTRACT

The present work seeks to trace the correlation between crime and urban precariousness in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, with a main focus on the militia phenomenon. With this, the objective is to analyze how violence and crime are located in areas of urban vulnerability and why these areas are the territorial focuses of these groups. Therefore, it is understood that over the years crime has changed, and adapted to the urban space using new ways of legitimizing itself and expanding its area of activity, but is there a common factor in the choice of these territories? Therefore, it is important to outline this analysis to understand which areas are chosen as precursors to these models of violence, in addition to how the urban structure plays a fundamental role in this choice. As a methodology, we used articles and books on violence and urban precariousness, in addition to analyzing data on the development of these groups and where they are located. In this way, it was observed how crime is intrinsically linked to precarious territories, and how these areas are fundamental for the functioning of its business model. In addition, it was observed how the militia takes advantage of this urban infrastructure to maintain its sovereignty. in the territory.

Keywords: militia; criminality; urban precariousness; state; social vulnerability; violence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CRIMINALIDADE E PRECARIEDADE	12
3 A EXPANSÃO DA CRIMINALIDADE	20
4. O FENÔMENO MILÍCIA.....	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca refletir sobre precariedade urbana e criminalidade, tendo como foco a milícia. Nessa perspectiva, busca-se relacionar os indicadores socioeconômicos e a expansão de grupos e facções criminosos no território do Rio de Janeiro, buscando verificar em que medida essa expansão tem maior incidência em territórios marcados pela precariedade. Busca-se refletir, assim, sobre uma possível correlação entre a expansão de padrões de comportamento violento nesse contexto, expressando cada vez mais uma sociabilidade violenta, na formulação de Machado (2008), combinado com uma ação estatal pouco eficaz na promoção de políticas e serviços urbanos vinculados à cidadania moderna. Para tal análise, partimos da tese de que os locais com alta precariedade e pouca intervenção estatal concentram a maior força opressiva desses grupos armados e como sua expansão e ganho de força está ligado intrinsecamente a esses locais de maior vulnerabilidade.

Na literatura sobre o tema, encontram-se diversos estudos avaliando a expansão dos grupos criminais (MANSO, 2022) e também estudos de caso analisando o contexto de violência e seu impacto no cotidiano dos moradores (ZALUAR, 2004). No entanto, ainda são poucas as reflexões que articulam a precariedade urbana, a fragilidade do estado social e o crescimento da violência urbana. Nesse contexto, buscando contribuir com este debate, este artigo tem como objetivo geral refletir sobre a relação entre precariedade urbana, fragilidade do Estado social, e o desenvolvimento da criminalidade, tendo como foco o avanço do fenômeno milícia no controle armado dos territórios populares.

Sendo assim, esse artigo está estruturado em três seções descritas a seguir. Em primeiro plano, aborda-se correlação entre criminalidade e precariedade urbana a fim de observar como o aumento dos crimes e avanços de facções ocorre, primordialmente no bojo da crise política e econômica do Estado do Rio de Janeiro. Não se trata de traçar estabelecer uma correlação linear entre pobreza e criminalidade, mas propor uma reflexão através de dados sobre como a estrutura urbana ou sua ausência tem alta influência na construção da sociabilidade. Ademais, de que forma é observada a tratativa do Estado social com essas zonas, se a tratativa é de fato de resolução de conflitos ou só desenvolve a violência dessas áreas.

Em segundo lugar, irá se observar os fenômenos a partir de indicadores sociais, através de dados e mapas de como esses entrelaçamentos funcionam na prática e se realmente fazem parte do cotidiano do RMRJ não apenas em perspectiva sociológica, mas prática.

Por fim, a partir de todo esse panorama, busca-se prospectar as correspondências entre os casos supracitados e o fenômeno milícia com maior enfoque, tendo como principal questionamento em que locais se desenvolvem e no que seu “modelo de negócio” se difere de outros estilos criminais para ter um crescimento exponencial nos últimos anos. A partir disso, compreende-se sua relação com o poder público e essas áreas de precariedade, além de que maneira esses grupos se estabelecem no cenário urbano RMRJ.

A importância dessa reflexão para o campo da gestão pública está na compreensão como a dinâmica urbana afeta diretamente a construção da violência. Nesse sentido, observa-se de perto como o papel do Estado é de extrema importância para a dinâmica social, mas sua má execução gera problemas severos para a população. Portanto, como espaços de vulnerabilidade e precariedade são vistos na perspectiva do poder público? Isso sendo uma pergunta fundamental para a gestão pública. Além disso, entender como a violência está contida nessas dinâmicas urbanas ampara na reflexão e construção de políticas públicas eficientes.

2 CRIMINALIDADE E PRECARIEDADE

Em um cenário tão conturbado quanto é a dinâmica social do Rio de Janeiro, a criminalidade assume papel preponderante nos principais debates que permeiam a realidade carioca. Mas para além das evidências superficiais, surgem algumas indagações, de que forma o meio urbano influenciaria no desenvolvimento da violência. Além disso, haveria uma correlação entre a estrutura urbana e a reprodução e permanência de grupos armados no cotidiano da população carioca?

A violência não é algo novo no cotidiano da população do Rio de Janeiro, ela permeia tanto a capital quanto sua região metropolitana. Grupos armados exercem seu domínio territorial em uma constante disputa por territórios, os quais marcam a história urbana e evidenciam ciclos de conflito e paz muitas das vezes incontornáveis. Esse conflito é tão intrínseco à estrutura urbana carioca que influencia desde o transporte, quanto a habitação, educação e até a cultura (CARVALHO, 2023). Todavia há um perfil interessante de locais onde se alocam essas facções, pois a força e o armamento não são suficientes para manter esse domínio. Ao longo dos anos foi preciso também da legitimidade para ser aceito pelos moradores. Essa legitimidade pode ser exercida de formas diferentes por traficantes e milicianos, mas as duas começam em um ponto comum, o segredo para ganhar suas comunidades é ou era fazer o que o Estado não faz (MANSO, 2022).

Com isso, infere-se que quanto mais vulnerável o ambiente em que se situam maior o poder exercido. Localidades que não possuem infraestrutura básica, ordem social, e segurança pública, são os ambientes favoráveis ao florescimento da violência como a conhecemos hoje. Contudo não se pode confundir precariedade e ausência total do Estado, há um fraco adensamento de presença pública, o que não configura que tanto o tráfico quanto a milícia tenham assumido o papel do Estado (Machado 2008). Embora assumir o papel de provedor seja necessário para a boa relação com os moradores, mesmo assim é preciso destacar que essas forças paralelas não são substitutas do Estado. Nas favelas e bairros populares, observa-se ainda inúmeros órgãos e projetos sociais, que não podem deixar de serem citados, configuram uma forma específica de presença do Estado (Machado 2008). Portanto, se as facções não assumem o papel do Estado, qual é a dinâmica desse poder paralelo? E como funciona a sua manutenção e expansão territorial? Para refletir sobre isso, nos parece necessário se ater à dinâmica urbana.

Um dos primeiros passos para traçar a análise sobre o espaço urbano é entender que o espaço urbano é um conjunto organizado de espaços que os atores sociais constroem sobre as possibilidades estruturais para desenvolverem suas vidas (MARICATO, 2013). Logo, a fragmentação social, a disparidade na acumulação de recursos e a desigualdade na participação da população no acesso ao ambiente urbano, são consequências da construção desse cenário de produção do espaço social.

No contexto do acesso ao espaço urbano, a questão central é o modelo urbano fundado na segregação urbana. Desse modo, ao se ater à dinâmica do Rio de Janeiro, observa-se um caráter particular, não são apenas áreas afastadas que sofrem com ausência de serviços públicos, tanto a criminalidade quanto a precariedade permeiam diferentes espaços urbanos da dinâmica carioca. Nessa perspectiva, Ermínia Maricato (2013), aborda que a cidade pode ser pensada em diferentes perspectivas, destacando que no Brasil há uma histórica apropriação desigual de patrimônio por diferentes parcelas da população em função de suas rendas e dos diferentes pontos da malha urbana em que se localizam os espaços que lhes são acessíveis. Logo, não só a distância central, mas a quem é dado o espaço urbano é um fator relevante para se analisar a precariedade. Portanto, as disparidades visíveis no acesso a serviços públicos em diferentes bairros não podem ser automaticamente atribuídas apenas à distância dessas áreas em relação às regiões centrais, mas existe uma lógica subjacente que rege essa distribuição de recursos.

Após compreender a relação do espaço urbano com a precariedade, precisamos traçar de maneira mais profunda a correlação entre esse sistema e a criminalidade. Para isso, faz-se necessário analisar como ela se comporta ao longo dos anos e em que momento se entrelaçam. Sendo assim, é interessante salientar a partir dessa análise urbana, que a criminalidade não se apresenta da mesma maneira ao longo dos anos, ela se transforma e se adapta. Dessa forma, um marco interessante para essa análise é a redemocratização do Brasil na década de 1980. Para Alba Zaluar (2004) trata-se de como as mudanças políticas e estruturais tiveram efeitos severos no aumento da criminalidade. Esse cenário é um paradoxo que não pode ser resumido a causas estritamente econômicas, na verdade, pertence a uma sequência de causas e efeitos que se entrecruzam.

Podemos ter um primeiro marco de análise sobre a relação entre a precariedade urbana e a violência considerando os cortiços. Considerado no século XIX como o lócus da pobreza, os cortiços eram espaços onde residiam alguns trabalhadores e se concentravam, em grande número, vadios e malandros, a chamada “classe perigosa”. O cortiço era visto dentro da sociedade carioca como o local que concentram todas as mazelas sociais daquele momento, tido como antro não apenas da vagabundagem e do crime, mas também das epidemias, constituindo uma ameaça às ordens moral e social (VALLADARES, 2000). Já nesse cenário, é possível perceber o recorte de pobreza e precariedade interligados à violência, mas não a criminalidade da qual estamos abordando neste estudo. Naquele momento, a criminalidade estava fortemente referida à “vagabundagem”.

Naquele contexto, houve a condenação desse espaço pelo discurso médico higienista, seguidos por medidas administrativas: primeiro, uma legislação proibindo a construção de novos cortiços no Rio; em seguida, uma verdadeira “guerra” que resultou na destruição do maior de todos, o “Cabeça de Porco”; e finalmente, a grande reforma urbana do prefeito Pereira Passos, que se propunha a sanear e civilizar a cidade acabando com as habitações anti-sanitárias (VALLADARES, 2000). É interessante observar esse cenário, pois essa condenação correspondeu à “semente da favela”

A partir da queda dos cortiços, começa a se intensificar a narrativa sobre as favelas, que antes não recebiam esse nome. O primeiro morro a receber o nome de favela foi a providência, as referências ao nome favela surgiram pela planta que compunham esses morros, bem semelhantes às que tinham em canudos. A partir disso, já em 1900 o Jornal do Brasil denunciava estar o morro “infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias”. Esta é também a visão expressa por um delegado da polícia, segundo nos informa Bretas (1997, p. 75):

“Se bem que não haja famílias no local designado, é ali impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo o morro um só bico de gás. ”

No início, já se notava a tratativa marginal da população que ocupa esses lugares, o olhar público para essas ditas “ocupações”, foi como aquelas pessoas poderiam afetar os demais cidadãos “de bem”. Vários fatores desempenharam um papel

fundamental na formação desse cenário distante e marginal. Um deles é a maneira como esse espaço foi construído, não sendo mencionado que as favelas que se formaram em terrenos particulares muitas vezes contaram com a permissão e até o apoio dos proprietários. Para esses proprietários, a construção de barracos nesses terrenos representava uma forma de evitar o pagamento de impostos e gerar uma fonte de renda. Além disso, houve o desenvolvimento de favelas em terrenos pertencentes à Prefeitura e ao governo federal. Em algumas situações, as áreas onde as favelas foram estabelecidas entre propriedades da Prefeitura e de particulares, e nesses casos, foram concedidas permissões ou aluguéis foram pagos pelos moradores (VALLADARES, 2000).

Ademais, a perspectiva construída sobre esses espaços era de uma comunidade de miseráveis com extraordinária capacidade de sobrevivência diante de condições de vida extremamente precárias e inusitadas, marcados por uma identidade comum (VALLADARES, 2000). Um paralelo importante para compreender a diferente tratativa entre as favelas e outros espaços urbanos está na identificação que Licia Valladares (2000) remonta sobre a semelhança desse espaço com o caso de Canudos. Nesse sentido, muito embora falando da capital da República, os cronistas que contem relatos sobre o início do que futuramente seriam denominadas favelas querem mostrar que os sertões também estavam ali, conforme afirma em 1918 o médico Afrânio Peixoto: “Não nos iludamos, o nosso sertão começa para o os lados da Avenida” (apud Hochman, 1998b).

A partir desse recorte temporal, inicia-se algumas inferências teóricas: por que espaços de precariedade urbana foram extremamente favoráveis para o desenvolvimento da criminalidade como é conhecida hoje? Em primeiro plano é interessante notar que, do mesmo modo que em Canudos, a favela tinha o seu chefe, controlando a cidadela. Nas palavras do jornalista Costallat (1995, p. 37):

Um dia chegou à Favela um homem — Zé da Barra. Vinha da Barra do Pirai. Já trazia grande fama. Suas proezas eram conhecidas. Era um valente, mas um grande coração. E Zé da Barra chegou e dominou a Favela [...] E a Favela, que não conhece polícia, não conhece impostos, não conhece autoridades, conheceu Zé da Barra e a ele teve que obedecer. E Zé da Barra ficou sendo o chefe incontestável da Favela.

Todo espaço desordenado precisa de uma liderança que gere ordem e assume esse papel de comando. Portanto, nesse contexto social, temos um ambiente favorável ao estabelecimento de modelos próprios de governança, gerenciando e administrando um território onde as leis nacionais não são respeitadas e as autoridades pertinentes são ignoradas, eventualmente assumindo o domínio sobre a população local (VALLADARES, 2000).

Contudo, após esse período o sistema tanto de criminalidade quanto de lideranças tem mudanças drásticas, mas fundamentais para a compreensão da dinâmica urbana que está sendo analisada. Nesse sentido, parece interessante tomar como marco temporal o processo de redemocratização do Estado brasileiro, o qual não foi suficientemente acompanhado de medidas que reduzissem o elevado índice de exclusão social, mesmo com uma constituição cidadã e novos modelos de políticas públicas, reproduzindo, as formas de discriminação de classe, racial, étnica, sexual (Santos Oliveria; 2003).

Nos apoiamos na análise de Alba Zaluar (2004) para entender o problema da criminalidade violenta, que despontou na mesma década nas cidades brasileiras, após esse processo de redemocratização. Um fator inicial de importância específica é a inflação em si, pois ela não é meramente um fator econômico específico, mas também tem efeitos perversos sobre o comportamento da população. Uma das discussões é que a inflação acaba estimulando furtos, roubos e assaltos, que passam a ser cometidos com a justificativa de que “todos estão roubando” (Zaluar, 1983). A inflação em ritmo alucinante ajudou a criar igualmente as miragens do “ganhar dinheiro fácil”, ideia principal daqueles que passam a cometer crimes cada vez mais ousados. Todavia o debate central desse novo modelo de criminalidade, não se concentra na inflação em si, na verdade acontece quando a economia informal é apresentada como sinal de resistência ao mundo disciplinar do trabalho, ao mesmo tempo em que se torna alternativa para o capitalismo oficial das grandes corporações nacionais e internacionais. O comércio de rua ou a própria residência na rua foram até mesmo apresentados como o “espaço de liberdade” dos “excluídos” (Zaluar, 2004).

Alguns modelos de transição importantes que modificaram a paisagem carioca e sua relação com a criminalidade, mas de que forma a correlação entre precariedade e o crime se tornou cada vez mais intensa. O primeiro fator é a derrocada do comércio informal das ruas, as atividades ilícitas e ilegais têm agora uma organização

clandestina e poderosa. O mercado informal não é mais apenas o território do trabalhador autônomo e criativo. A vida social das zonas de precariedade, não são mais alvos absolutos de investidas sanitárias, a vida daquelas pessoas agora é permeada e atravessada por um crescente ilegalismo que passam pelos circuitos de expansiva economia informal, o comércio de bens ilegais e o tráfico de drogas (Vera telles; 2009). Esse novo modelo de sobrevivência abordado como uma síndrome de “Robin hood”(tirar dos ricos para dar aos pobres), é tão capilarizado dentro das relações que o de fato ilegal se mistura com o legalismo em favor da necessidade de sobreviver. O argumento principal desses moradores violentados é: “ eu não estou fazendo nada de errado, não roubo não mato” (Vera telles; 2009).

Porém o que de fato não é visto é que essa vulnerabilidade social gera a maior capacidade de assumir riscos, em favor de muitas vezes “dinheiro fácil”, principalmente entre os jovens. Sendo assim, as atividades empresariais organizadas e ilícitas se valem da impunidade, daquilo que um sociólogo chamou de “áreas de exclusão da lei” (Dahrendorf, 1987). Esses novos agentes vivem, pois, na ordem marcada por um controle impiedoso dos que infringem suas normas, mas são profundamente desorganizadores da sociabilidade e provocam um sentimento insuportável de desordem e incerteza na população urbana, principalmente a pobre (Caldeira, 1992; Paixão, 1988; Zaluar, 2002a).

A partir disso, parte-se para o segundo marco importante de transição. No princípio do que se analisa como espaços permeados pela precariedade a figura principal de comando era o malandro, o qual tornou-se um anti-herói da resistência ao capitalismo, sinônimo de golpista, preguiçoso e parasita, cuja imagem negativa se associou a todos os cariocas. Todavia, o “malandro” que viveu na cidade do Rio de Janeiro até aproximadamente meados dos anos 1960, se aposentou, dando espaço a outro personagem, muito mais sinistro, da suposta resistência: o bandido.

Este apareceu quando a contravenção e o crime tornaram-se eles mesmos grandes empreendimentos mercantis montados num exército de empregados que são simultaneamente soldados de uma interminável guerra pelo controle dos mercados (Zaluar,2004). Outros parâmetros mais concretos permeiam a sociabilidade dos indivíduos, não mais apenas o mercado informal foi suficiente para a ascensão social que afeta principalmente os jovens, agora o que de fato os influencia e chama atenção

é o acúmulo de riquezas, os quais necessitam dos instrumentos da violência, pois são fundamentais para capacitar as pessoas na resolução de conflitos.

Outra coisa fundamental a ser modificada nesse novo sistema é a noção de Justiça, pois ela não pode ser acionada por causa da ilegalidade do empreendimento, portanto, se não se pode acionar o poder do Estado para a mediação de conflitos, as armas de fogo são extremamente eficazes para destruir desafetos e rivais, para dominar as vítimas, para amedrontar possíveis testemunhas e criar respeito entre comparsas e policiais, garantindo a impunidade (Zaluar,2004). A figura do bandido é bem mais exclusivista do que o malandro, pois revelaram a interiorização de uma ideologia individualista moderna em que a ilusão quanto à liberdade da pessoa estava atrelada a uma concepção extremamente autoritária do poder. Sendo assim, trata-se, pois, da visão do indivíduo atomizado, sem vínculos sociais com as gerações anteriores, que se protege em bandos formados pelos seus iguais para demonstrar força bruta (Zaluar,2004).

Ademais, o bandido, mais do que o malandro, é quem se perde numa perversão da liberdade na qual o outro não é levado em consideração. O bandido precisa ser mau para auto afirmar-se: não pode hesitar diante das ações mais condenáveis, sob pena de ser considerado um homem emasculado, sentimental, fraco. Essa transição da figura de comando criminal demonstra cada vez mais a brutalidade e a manutenção da liderança através de uma coerção ostensiva e bastante violenta.

Nessa análise paralela, ficará claro que substituíram a ginga do malandro pela arma e alguma droga, mas não saíram do bairro pobre e da favela, continuam sendo mortos e se matando pelas cidades (Zaluar,2004). Faz parte daquilo que Habermas chamou de metafísica da negação, nesse caso, não resta outra saída para o que almeja a independência senão marginalizar-se, recusar o social como totalidade, na ilusão de que, pela transgressão, poderá finalmente expressar sua singularidade e, portanto, sua liberdade. Um mundo ainda convencional, apesar de toda a transgressão (Habermas, 1991).

O que se nota nesse meio é a maneira de se expressar poder, a necessidade de criar submissão dos demais moradores tudo para legitimar sua liderança e manter os negócios em ordem, com a introdução dessas formas de dominação simbólicas, os traficantes como um todo ampliam a submissão dos moradores para além de sua

capacidade material de impor obediência (MACHADO, 2008). O medo que eles impõem mantém a ordem que desejam.

Tanto Zaluar (2004) quanto Machado (2008) tratam dessa violência como um ambiente que favorece a criação desses tipos de indivíduos. Nesse viés, Alba Zaluar (2004) constrói dentro de sua discussão como a pobreza se relaciona no imaginário popular para a construção de indivíduos reféns do tráfico. Infere-se que, por não sofrer nenhum tipo de limitação de leis de mercado, de preços ajustados, de salários mínimos estipulados, de direitos trabalhistas para os seus peões, o crime organizado, por suas características empresariais ilegais, é altamente concentrador de renda, atingindo diretamente áreas pobres pela necessidade de renda para acesso a meios básicos de sobrevivência.

A partir daqui, divide-se de maneira mais palpável o tráfico da milícia, o modelo de negócio miliciano é muito mais sustentável, ele se expande para além do ilegalismo investindo em todo e qualquer empreendimento que gere dinheiro, não são reféns apenas das cobranças de moradores e comerciantes, como também já investiram na venda de água e gás, não parando por aí e montando seus próprios empreendimentos. Seu modelo de negócio se demonstrou mais sustentável e gerador de riqueza do que o tráfico de drogas por criar uma economia interna dinâmica, mas essa economia, por sua vez, depende da ausência das operações policiais cotidianas e vigente nos morros do Rio de Janeiro, dessa forma, para além do mercado ilegal, o dinheiro da milícia é muitas vezes multiplicado pela prática da agiotagem, que faz o capital girar, aquece o mercado e seus empreendimentos locais, quanto menos atenção chama melhor para os negócios. Já o tráfico é ponto focal das operações além de constantemente ter que lidar com baixas de estoque, a violência escrachada é o meio de defesa do varejo de drogas, já que não possuem os mesmos acordos que a milícia (MANSO; 2022,p 72-74).

Por fim, tanto o tráfico quanto a milícia são reféns da precariedade, desse espaço sem intervenção direta do Estado. Os espaços de precariedade são espaços onde o comércio ilegal se expande de maneira efetiva e cria raízes, na necessidade social de sobrevivência, sem a intervenção da justiça. O recrutamento de mão de obra se torna mais efetivo pela condição dos jovens residentes, sendo a violência a ferramenta para legitimação dessa nova liderança. Dentro desse cenário - no qual as leis são variáveis - todo esse sistema acaba sendo reforçado pela perspectiva

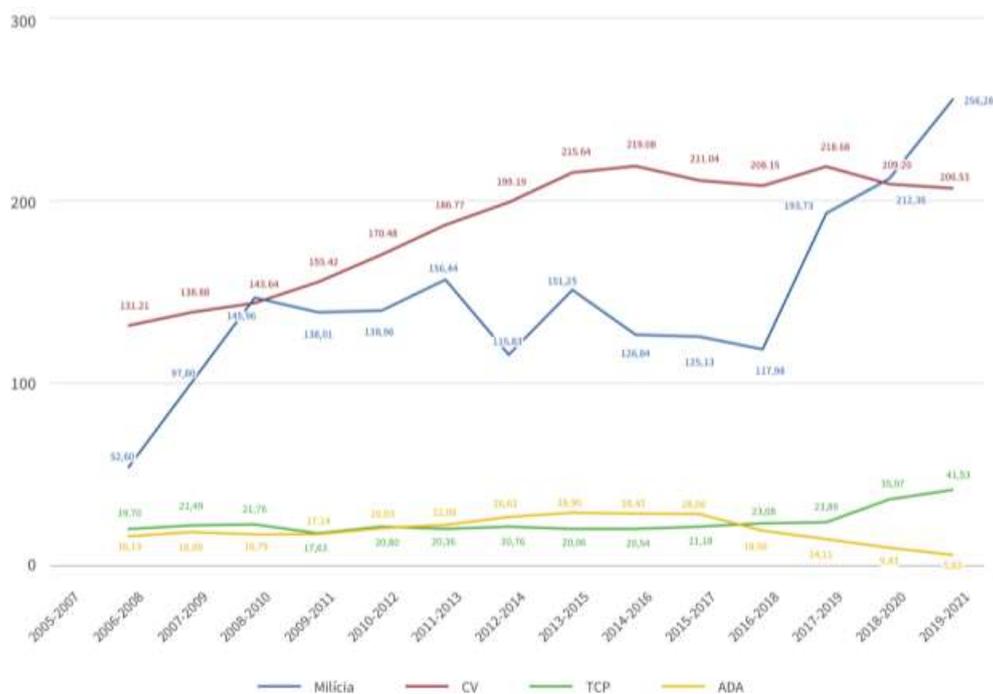
construída pelo Estado, ao tratar desses espaços como um problema de higiene urbana. Desse modo, a criminalidade cria raízes, pois o sistema comercial tanto do tráfico, quanto da milícia, são reféns dessas “áreas de exclusão da lei” (Dahrendorf, 1987), pois sem elas os negócios não são lucrativos e sua coerção violenta não se faz tão efetiva.

3 A EXPANSÃO DA CRIMINALIDADE

Há mais de quatro décadas, amplos espaços da Região Metropolitana do Rio de Janeiro se encontram sob o domínio de grupos armados. Com isso, a história urbana do Rio de Janeiro acaba sendo transpassada também pela história dos grupos criminais, seus ciclos de paz e enfrentamento e suas intrigas de bastidores. Os moradores acabam sendo tendenciados, ao longo de sua vida, a conviver de maneira costumeira com a violência e com a constante guerra por territórios que esses grupos protagonizam (HIRATA e COUTO, 2022). Essas disputas pelo controle territorial são variáveis incontornáveis não só para a área de segurança pública, mas também para outras políticas urbanas, influenciando desde o transporte e habitação à educação e cultura. Deste ponto, nota-se que a precariedade urbana dentro de um limite de políticas públicas encontra-se entrelaçada com o cenário de violência constante, como já dito não se trata de traçar uma correlação linear entre pobreza e criminalidade, os atores têm papel fundamental para esse cenário.

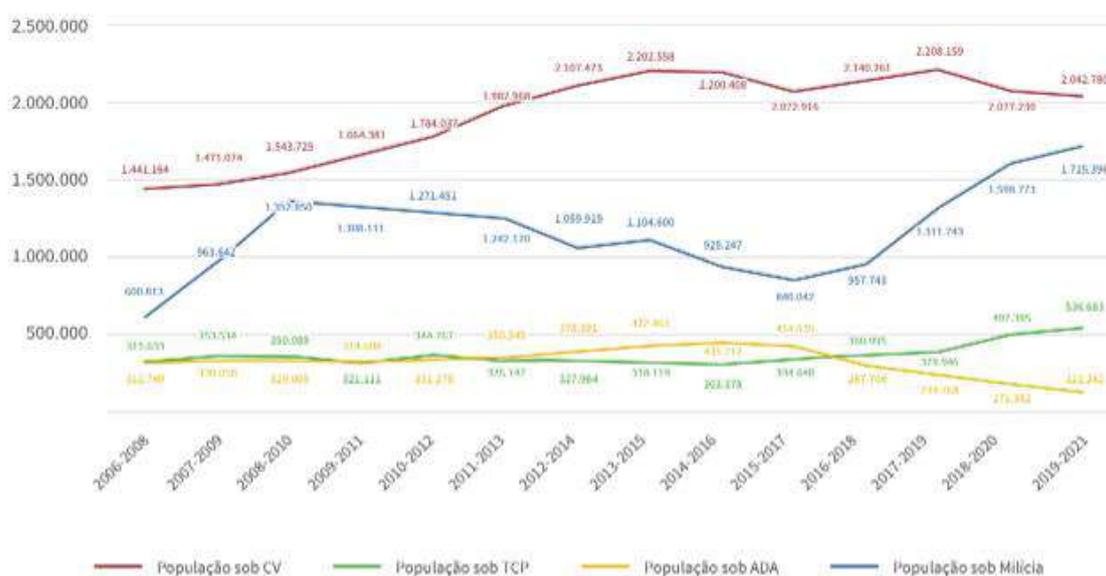
Por este motivo, é importante saber onde estão as principais concentrações desses grupos e como a criminalidade permeia o espaço urbano na atualidade. Para entender melhor a dinâmica e distribuição desses grupos os gráficos abaixo apresentam os dados do Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro no formato de linhas do tempo, permitindo assim observar - e comparar - as evoluções do tamanho total - em quilômetros quadrados e número de habitantes - das áreas e populações controlados por cada grupo ao longo dos triênios analisados.

Figura 1: Área total do Grande Rio sob Controle de cada Grupo Armado (2006 a 2021)



Fonte: Relatório Mapa Grupos Armados Geni (2022, p.8)

Figura 2: População total do Grande Rio sob Controle de cada Grupo Armado (2006 a 2021)



Fonte: Relatório Mapa Grupos Armados Geni (2022, p.9)

A partir dos dados acima, pode-se construir algumas análises fundamentais sobre o espaço urbano. Nos últimos anos as milícias alternam entre duas tendências principais - aumento vertiginoso ou relativa estabilidade – despontando como grupo armado com maior extensão territorial sob seu domínio a partir de 2018/2020. Desde o início da análise feita pelo Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro as milícias expandiram seu controle territorial em 177,5% e populacional em 125,1%, alcançando a área sob domínio do CV (Comando Vermelho) em 2008 (HIRATA e COUTO, 2022).

A partir disso observa-se um fenômeno fundamental para compreender as dinâmicas da criminalidade no Rio de Janeiro: A disputa por territórios. Há muitos fatores que influenciam na dinâmica do crime, logo, as movimentações e disputas entre grupos armados no Rio de Janeiro não podem ser atribuídas integralmente a um ou outro fator. São variados os processos e dinâmicas que concorrem para a configuração espacial da criminalidade. Porém um agente que entra no debate como protagonista é o território, a partir dele os grupos armados exercem poder e soberania e mediante a ele lançam as bases dos negócios ilegais.

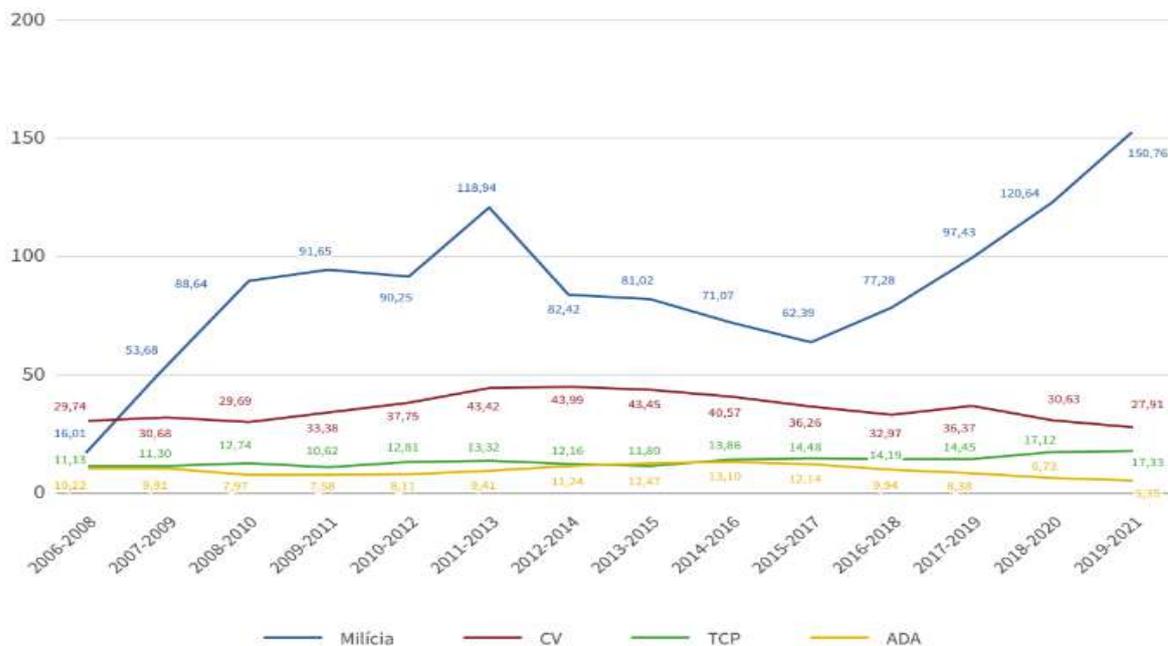
O que é analisado como fator preponderantemente para o crescimento explosivo das milícias é: a baixa intervenção do Estado; o baixo investimento em segurança pública e na defesa do território. Concluindo-se assim que ambiente com baixo nível de intervenção estatal são os que mais tendem a florescer grupos criminais. É interessante se ater que, mesmo com que 80% da população do Estado se concentre no município do Rio de Janeiro, foi na Baixada Fluminense - uma sub-região da Região metropolitana do Rio de Janeiro- que mais podem se observar de maneira mais clara essas disputas e baixa intervenção estatal. Foi na baixada, que o Comando Vermelho apresentou o maior crescimento entre 2006/2008 e 2014/2016: 138,6% de Km² e 107,4% de habitantes em suas áreas de controle (HIRATA e COUTO, 2022). Mas o que de fato é interessante é a relação desse crescimento com a inegavelmente concomitância ao lançamento da política das UPPs, bem como aos seus anos de maior investimento.

Um segundo fator para essa expansão são essa intervenção pública chamadas de UPPs, que pretendiam solucionar o problema do controle armado de favelas e conjuntos habitacionais por meio do emprego de forças de pacificação que ocupariam

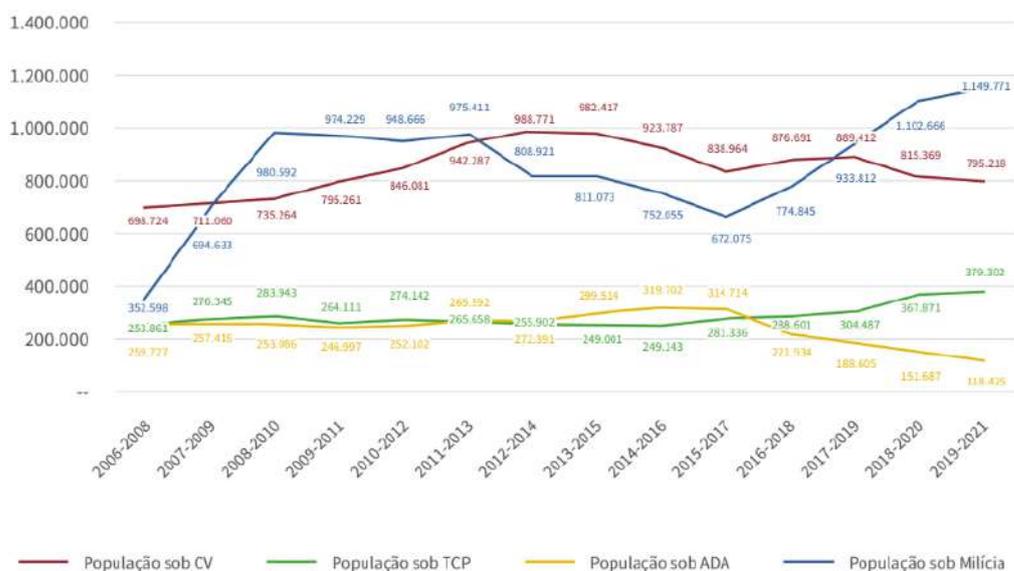
“territórios sensíveis” de maneira a viabilizar práticas de policiamento de proximidade e a entrada e/ou regularização de outros serviços públicos essenciais (HIRATA e COUTO, 2022). Porém o efeito reverso seu deu na escolha das áreas para receber o programa, foram principalmente aquelas situadas nas proximidades de equipamentos esportivos e pontos de interesse turístico, escolha claramente orientada para a promoção de segurança para os megaeventos. Tal critério contribuiu para que a esmagadora maioria das UPPs fosse implementada nas zonas sul, centro e norte da capital, áreas onde o CV era preponderante no que diz respeito à proporção de controle sobre áreas e populações dominadas por grupos armados em 2006 (HIRATA e COUTO, 2022).

Mesmo com a investida de controle do Estado, a venda de drogas continuou ocorrendo em todas as favelas ocupadas e a população continuou submetida à vigilância e ao controle tanto das facções quanto das polícias. A grande diferença foi a de que os traficantes e policiais passaram a se monitorar reciprocamente para evitar confrontos (Menezes, 2015). Outra consequência é o movimento migratório que contribuiu para o que a imprensa da época nomeou “interiorização do tráfico”, referindo-se à ampliação da atuação de facções do tráfico de drogas para novos espaços urbanos, fora da capital. Com esse cenário, pode-se inferir que enquanto o tráfico na capital não afetava tão diretamente os planos do Estado e da população residente, não havia a necessidade desse processo de retirada da hegemonia desses grupos, a partir do novo plano de “Higienização” dessa área, a necessidade de alcançar novos espaços outrora esquecidos na paisagem urbana se tornou necessário.

Dentro dessa dinâmica de expansão o grupo com maior alcance foi a milícia, por sua vez, tornaram-se o grupo com controle mais extenso, saindo de 23,7% para 44,1% de todas as áreas dominadas sob o seu controle. Este ritmo de crescimento muito mais acelerado das milícias, implicava em um declínio da importância relativa do Comando Vermelho (HIRATA e COUTO, 2022). Para entender melhor, os gráficos abaixo demonstram a expansão do grupo na capital ao longo dos anos e seu controle populacional comparativamente com outras facções.

Figura 3: Área total da Capital sob Controle de cada Grupo Armado (2006 a 2021)

Fonte: Relatório Mapa Grupos Armados Geni (2022, p.20)

Figura 4: População total da Capital sob Controle de cada Grupo Armado (2006 a 2021)

Fonte: Relatório Mapa Grupos Armados Geni (2022, p.21)

Sendo assim, o primeiro ponto a ser ressaltado é que a evolução dos domínios dos diferentes grupos armados na Capital é diferente das que ocorrem na Baixada Fluminense e no Leste Metropolitano. Na Capital, as milícias assumem a primeira colocação territorial a partir de 2007 e nunca mais deixam de ser hegemônicas, ao passo que assumem a primeira colocação populacional em 2008, tendo algumas perdas e retomadas ao longo dos anos seguintes.(HIRATA e COUTO, 2022). O ponto focal de hegemonia das milícias na capital concentra-se quase exclusivamente na Zona Oeste da cidade, conhecido reduto deste grupo e “berço” dos mesmos em sua configuração atual. Ao longo da série histórica, em média 89,9% das áreas e 80,6% da população dominadas pela milícia estiveram situadas nesta região, com tendência de concentração ainda maior nos anos recentes. A Zona Norte aparece em segundo lugar em importância para as milícias na capital, e é também a sub-região onde, em quase toda a série histórica, as milícias aparecem como a segunda força com áreas maiores e mais populosas (HIRATA e COUTO, 2022). Desde já se observa um estilo de negócio diferente por parte da milícia em comparação com outras facções, seu modelo é dependente de um tipo específico de território, o qual será abordado mais à frente.

Com o passar dos anos, as milícias se tornaram claramente a principal ameaça à segurança pública no Grande Rio. Do ponto de vista populacional, ainda não apresentam uma hegemonia clara, mas isto parece uma questão de tempo, dada a velocidade com que incorpora grandes contingentes de pessoas sob seu domínio. Por esta razão, cabe olhar de perto as duas regiões onde este crescimento das milícias foi maior: a Capital, sobretudo a Zona Oeste. É importante considerar que o controle territorial armado vem crescendo de forma contínua na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Da RMRJ, 20,0% estavam sob algum controle armado até 2019, um aumento de 131,2% em relação a 2006 (HIRATA e COUTO, 2022). Sendo assim, observa-se um avanço claro e preferências específicas por determinadas regiões geográficas dentro da malha urbana do Rio de Janeiro.

Para entender, como funciona e de que maneira ocorre essa expansão e como correlaciona-se diretamente com a precariedade é necessário observar os principais pontos de crescimento e desenvolvimento desses grupos. Para tal análise utiliza-se o

Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles, o qual mensura o nível das condições urbanas necessárias para se viver nas cidades, especialmente nos grandes centros urbanos do país. As condições urbanas consideradas foram aquelas que se caracterizam como bens ou serviços coletivos. Para uma melhor análise observa-se os dados abaixo:

Tabela 1: Dados referentes à infraestrutura urbana

ZO		ZN		ZS	
Rio das Pedras 1	0,367	Complexo do Alemão 1	0,546	Rocinha 1	0,596
Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Barra de Guaratiba	0,503				
Guaratiba 1	0,514				
Guaratiba 3	0,544				
Guaratiba 2	0,544				
Rio das Pedras 2	0,548				
Bangu 1	0,550				
Sepetiba 2	0,556				
Santa Cruz 3	0,557				
Paciência 1	0,587				

Fonte: IBEU (Índice de Bem-estar Urbano), Observatório da metrópoles – elaboração própria

Os dados acima demonstram que a maior concentração de precariedade dentre as zonas administrativas do município Rio de Janeiro está concentrada na Zona Oeste. Desse modo, nota-se que o pior percentual de infraestrutura urbana é o de Rio das Pedra - chamado berço das milícias. É interessante observar que todos os locais com índices de infraestrutura urbana abaixo de 0,6 estão concentrados em zonas de criminalidade, sendo a maioria deles reféns da milícia. Não obstante ao se analisar os dados de habitação o cenário muda um pouco:

Tabela 2: Dados referentes a infraestrutura de habitação

ZO		ZN		ZS	
Rio das Pedras 1	0,241	Manguinhos	0,353	Rocinha 1	0,373
Rio das Pedras 2	0,317	Complexo do Alemão 1	0,378	Rocinha 2	0,436
Bangu 1	0,360	Complexo da Penha e Caricó	0,420		
Sepetiba 2	0,550	Jacarezinho	0,427		
Itanhangá	0,581	Maré 1	0,449		
Jacarepaguá 3	0,594	Maré 2	0,471		
Bangu 3	0,606	Complexo do Alemão 2	0,485		
		Acari e Parque Colúmbia	0,488		
		Benfica e Mangueira	0,514		
		Vila Isabel 1	0,546		
		Costa Barros e Barros Filho	0,548		
		Fazenda Coqueiro, Jacaré e Coréia	0,557		
		Estácio, Catumbi e Cidade Nova	0,561		
		Itanhangá	0,581		
		Pavuna 2	0,603		

Fonte: IBEU (Índice de Bem-estar Urbano), construído pelo Observatório da metrópoles – elaboração própria

Os índices gerais do IBEU também têm maior enfoque na Zona Oeste, tendo como pior percentual pertence a Rio das Pedras. O que se observa é um padrão interessante, os locais onde possuem maior influência miliciana são os que têm, conseqüentemente, o maior nível de precariedade urbana. Essa repetição é constante dentro da análise demonstrando como a criminalidade é refém de ambientes precários, mesmo mudando a construção de dados entre as zonas administrativas o cenário é o mesmo, os locais com os piores dados de habitação são reféns de alguma facção criminosa e sofrem com essa violência.

Mesmo com cobranças constantes, investimentos em negócios ilegais, essas facções não assumem o papel fundamental que o Estado tem de promover qualidade de vida, pelo contrário o que é apresentado com essa expansão é que quanto mais precarizado o ambiente mais suscetível a essa investida criminosa ele se torna. A criminalidade tem uma relação intrínseca com ausência do poder público, precariedade urbana e uma sociedade carente, nesse cenário que a coerção violenta é validada. Outro fator apresentado é a uma população mais suscetível à adesão nessas facções, pois essa realidade torna-se atraente mediante a uma realidade não muito agradável para os moradores. Por este motivo é necessário entender como tem

acontecido esse movimento crescente da milícia, sua relação com a precariedade desde seu nascimento e com isso é uma das suas principais ferramentas de poder.

4. O FENÔMENO MILÍCIA

Após compreender extensa correlação entre a precariedade urbana e a criminalidade no Rio de Janeiro, faz-se necessário traçar um recorte mais específico para a presente análise, observando de perto o fenômeno milícia e sua ascensão no cenário de disputas de poder carioca. Não há como observar esse grupo sem entender primeiro que a semente da organização que anos depois passaria a ser chamada de milícia se estabeleceu com a ajuda do Estado, incapaz de mediar e regulamentar a chegada dos grandes contingentes populacionais no lado oeste da cidade (MANSO, 2022). Então, o primeiro contato entre essa facção e o território se dá na incapacidade do Estado de lidar com situações recorrentes em seu novo espaço urbano em expansão. A partir disso, observou-se que a precariedade transacionou aos olhos do poder público ao longo dos anos, saindo de espaços condicionados como os cortiços, atingindo zonas mais espaçadas como as favelas, porém alcançando novas áreas.

É importante, em primeiro lugar, delimitar o que se entende como milícia. Segundo os mais importantes jornais da cidade, seriam as organizações formadas primordialmente por policiais e bombeiros militares, além de guardas penitenciários – ativos ou aposentados –, que garantem a segurança de moradores de algumas vizinhanças em troca de uma taxa mensal (ZALUAR, 2007). Todavia, essa breve perspectiva, não contém ainda todas as peculiaridades que esse termo assumiu ao longo dos anos, Alba Zaluar (2007) em seu trabalho sobre as milícias aborda o termo com uma perspectiva histórica observando que:

Milícia é comumente usada para designar uma força militar composta de cidadãos OU civis que pegam em armas para garantir sua defesa, o cumprimento da lei e o SERVIÇO paramilitar em situações de emergência, sem que os integrantes recebam salário ou cumpram função especificada em normas institucionais. Na Inglaterra, nos tempos anglo-saxões já havia milícias, compostas por todos os homens capazes de lutar, encarregadas da manutenção da ordem e proteção das localidades pela tradição da Common Law. No feudalismo O termo passou a se referir, então, aos homens protestantes que podiam ter armas e que constituíam uma força treinada COM garantias constitucionais. Milícia tornou-se, assim, outra força

militar que poderia atuar contra um monarca tirânico na defesa das liberdades civis.

Sendo assim, o termo se alinha ao longo da história em autodefesa, militarização e exercício de poder por civis para suprir aquilo que o Estado não consegue oferecer, seja a segurança pública adequada ou limitar o abuso do próprio poder estatal. A milícia historicamente pode assumir dois lados: um como ferramenta civil de proteção e a outra como braço de poder do Estado. Atualmente, no Brasil, ela consegue desempenhar os dois papéis, tendo o termo milícia aliado a policiais e ex-policiais (principalmente militares), todos com treinamento militar e pertencentes a instituições do Estado, que tomam para si a função de proteger e dar “segurança” em vizinhanças supostamente ameaçadas por traficantes (ZALUAR, 2007). Importante ser frisado que da mesma forma que o Estado a milícia tem sua guerra declarada ao tráfico, logo, os inimigos de ambas as instâncias têm o mesmo perfil.

Esse fenômeno no Rio de Janeiro assume perspectivas particulares, sendo efeito de mal sucedidas políticas de segurança pública. Logo, precisa-se entender que quem compõem as milícias de ex-policiais sequer são paramilitares, são, na verdade, militares que abusam do monopólio da violência garantida pelo Estado, que lhes fornece treinamento e armas. Para entender melhor as características pessoais assumidas no espaço urbano do Rio de Janeiro é preciso se ater a origem desses grupos de ex-policiais que constituem o mesmo fenômeno denominado grupo de extermínio nas décadas de 1960, 1970 e 1980 na Baixada Fluminense e na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde predominavam imigrantes vindos de outros Estados (ZALUAR, 2007).

Com o processo de urbanização e a chegada de grandes levas de migrantes das zonas rurais do Brasil para os centros urbanos, o Rio de Janeiro precisava encontrar alternativas para crescer. Com isso, era difícil encontrar espaço no lado sul e norte do Maciço, que formava a mancha urbana da capital, dessa forma era necessário expandir as zonas urbanas cariocas, tarefa colocada em prática no final dos anos 1960. Teve como primeiro passo nos anos 1970 a abertura dos túneis São Conrado, Joá e Dois Irmãos, juntamente com a construção de elevados e vias expressas. O que de fato chama atenção nessa nova área desbravada é o bairro de Rio das Pedras, o qual é visto como o principal laboratório de formação do modelo de

governança política e econômica que se espalharia depois dos anos 2000 para outras regiões da cidade e do estado (MANSO,2022).

Uma característica fundamental sobre o nascimento da milícia é seu estabelecimento com a ajuda do Estado, incapaz de mediar e regulamentar a chegada dos grandes contingentes populacionais no lado oeste. Assim, se traça duas afirmações norteadoras: a milícia precisa do Estado para existir, a falta de capacidade do Estado de se manter efetivo em áreas precárias gera poder para grupos criminosos, pois eles assumem essa função com agentes terceirizados.

Rio das Pedras, tem seu começo nos anos 1950, famílias ocuparam uma área privada e passaram a reivindicar a posse da terra junto às autoridades, através da criação de uma comissão de moradores, ao longo dos anos a área começaria a receber um número crescente de habitantes, principalmente migrantes do Nordeste do Brasil — boa parte deles do interior da Paraíba e do Ceará (MANSO,2022). Logo, o que se tem aqui são um compilado de imigrantes pobres em busca de oportunidades, falta de intervenção estatal, distância dos principais centros urbanos, longe do foco político. Esse cenário foi inteiramente propício à criação de outras formas de controle, em Rio das Pedras a primeira delas - a comissão de moradores - depois seria assumida pela polícia mineira.

É interessante salientar que a legitimidade da associação de moradores se fortalecia diante da omissão dos governos na mediação, regulamentação e definição de critérios urbanísticos para a formação dessa pequena cidade. Portanto, algumas funções foram atribuídas a ela, como a medição da concessão, a venda dos terrenos, a construção das vias, os certificados de propriedades. Tudo era dado para esses representantes informais, amigos das autoridades, que arregimentaram votos e passariam a disputar eleições e a formar a base de sustentação dos cargos executivos (ZALUAR, 2007).

O que diferencia a Zona Oeste das demais zonas do Rio de Janeiro, são que as comunidades no entorno da Barra da Tijuca e na Baixada de Jacarepaguá representavam esse ideal de segurança, associado à moralidade tradicional das pequenas cidades rurais, em contraposição ao vale-tudo e à malandragem predominante no mundo urbano (ZALUAR, 2007). Porém, esse estereótipo de segurança teve seu período contado, durante o comando de Octacílio em Rio das Pedras, a punição dos criminosos era garantida por um violento grupo de extermínio

local. Longe de ser uma particularidade de Rio das Pedras, esse brutal sistema de autodefesa dos bairros pobres se reproduziu em diversas cidades do Brasil.

Os grupos de extermínio beberam na fonte da tragédia da segurança pública no Rio de Janeiro, sendo os subversores da disciplina e hierarquia militares, usadas como argumentos para justificar a permanência da estrutura militar na força policial brasileira. Um cenário interessante para entender a acentuada atuação dos grupos de extermínio é a baixada fluminense, desde a década de 1960, Tenório Cavalcanti, deputado federal pelo Rio nas décadas de 1950 e 1960, morador de Duque de Caxias e conhecido como Rei da Baixada e Homem da Capa Preta, assumiu notoriedade por empregar meios extralegais para resolver conflitos, afastar inimigos políticos e predadores da população (ZALUAR, 2007). Nos anos 1980 muito se falou sobre os justiceiros, os grupos de exterminador e os linchamentos populares, o que se observa é que os nomes mudam, os arranjos avançam na ilegalidade das ações, mas constituem um processo histórico de longa data para compensar os fracassos das políticas estaduais e federais de segurança pública. Todavia o que de fato os difere essa nova facção dos grupos de extermínio é sobretudo o controle exercido sobre o território e o envolvimento com atividades comerciais que extrapolam a venda do serviço de segurança, tais como a cobrança de taxa indevida das cooperativas de transporte alternativo, a venda inflacionada de botijão de gás, a cobrança de pedágios e de tarifa para proteção (ZALUAR, 2007). Dessa forma, os grupos de extermínio que fizeram a transição para o modelo de milícia. O que se atém aqui, é que um dos principais instrumentos para a manutenção da ordem, foi a violência.

A partir daqui nota-se um novo marco, esses grupos se associaram a empresários e comerciantes para a venda de segurança, e por vezes também a policiais. Ganharam o nome de Polícia Mineira, sendo assim, os matadores de Rio das Pedras agiam com o mesmo espírito. Assim como na Baixada Fluminense, lá também se viam, fixadas nas paredes de estabelecimentos comerciais, listas com o nome das pessoas marcadas para morrer (ZALUAR, 2007). Quando a polícia mineira se estabelece na associação, o código de conduta já é aceito pela população, seja por medo ou por falta de alternativa, a qual transforma as normas impostas em algo inevitável, natural. Já não são mais necessárias tantas demonstrações conspícuas de força e poder. Não há armas à vista, nem atitudes visivelmente violentas.

A partir dessa transição de modelo de comportamento, demonstrando que a autoridade não é mais pautada só violência, mas também tem que oferecer algo de benefício para comunidade. A partir desse modelo que a milícia cresce, ela muda sua atitude de violenta para uma coerção subjetiva, violenta apenas com desertores e fornece para a comunidade projetos e oportunidades de crescimento, tendo um papel de Estado de bem-estar social também. O motivo pelo qual esse modelo se sustentou de forma bem mais sucedida, foi porque os policiais que moravam na região criaram a milícia de Rio das Pedras e estabeleceram as regras da economia informal dessas áreas (ZALUAR, 2007). Ampliaram a fonte de receitas ilegais, a compra de armamentos e estabeleceram conexões políticas. Essa nova forma de dominação territorial transformou a geografia do crime no Rio, disputando o controle de comunidades com facções do tráfico.

Com esse panorama, pode-se construir alguns parâmetros sobre o fenômeno milícia. Em primeiro lugar, o controle sobre o território toma, que passa a ser dominado militarmente, assume papel fundamental para a manutenção de poder dessa facção. Tornando-se com o tempo a característica mais importante do fenômeno das milícias na cidade do Rio de Janeiro. Esse fator que distingue a milícia dos grupos de extermínio, que eram mais próximos dos pistoleiros sertanejos do que dos negociantes da segurança hoje encontrados na cidade (ZALUAR, 2007). Além disso, o interessante é que esses grupos perceberam que o mais importante é o poder que exercem sobre o território, com o domínio das áreas pode-se maximizar o potencial de lucro.

Em segundo lugar, observa-se o capital político formado por esses grupos. Um exemplo claro é de um caso ocorrido em 2002 e 2003, quando a associação de moradores de Rio das Pedras promoveu uma campanha de regularização e transferência de títulos eleitorais dos moradores. Como foi pontuado, a favela é predominantemente composta por imigrantes nordestinos, logo, tal campanha foi realizada com o intuito de eleger Nandinho - liderança daquela associação. A campanha deu certo, foram tirados de 20 mil a 30 mil títulos e nas eleições de 2004, Nandinho – recém-filiado ao PFL – elegeu-se vereador, com 34.764 votos, conquistando 24% dos votos válidos da 179ª zona eleitoral (Jacarepaguá) e 86% dos votos válidos da Escola Municipal de Rio das Pedras (ZALUAR, 2007). Dessa forma, conclui-se que o domínio territorial dos milicianos pode produzir votos para os políticos

que os apoiam, o que produz um comportamento ambíguo no controle e combate a esses grupos, dessa maneira, funciona como um “ Estado terceirizado ou leiloado” (MANSO,2022). Em terceiro lugar, o que se destaca como ponto focal desse desenvolvimento é o apoio estatal. Além da questão financeira, a parceria dos paramilitares com os policiais é outra grande vantagem do negócio. Um dos pontos de maior diferença entre os negócios milicianos e o motivo para serem tão lucrativos, em comparação ao tráfico, é que eles não são caçados, eles não se envolvem em guerra. Eles são aceitos e fazem parte do Estado. A partir dessa perspectiva, entende-se uma das bases para a dinâmica do crime no Rio de Janeiro, o varejo de droga feito pelos traficantes ainda é um negócio sustentável, porque o garoto do morro, imaturo, ainda se ilude com as promessas simbólicas de arma, carro, dinheiro e status associados aos traficantes (MANSO,2022), enquanto a milícia é um modelo de negócio totalmente sustentável que conta com apoio estatal para manter seu poder e expandir.

Por conseguinte, com a entrada da milícia na disputa por território no Rio de Janeiro, eles passaram a digladiar por domínio geográfico das comunidades cariocas e fluminenses, criando uma proposta de governança ganhando aceitação das autoridades e parte da população, ao contrário do tráfico, que mesmo que empregue muita gente, recebe clientes de fora e de dentro e gere renda local tem um custo social muito alto. Além disso, ao contrário do tráfico, os milicianos se vendem como fiadores de mercadoria valiosíssima: ordem, estabilidade e possibilidade de planejar o futuro. Portanto, o sucesso da milícia tem uma relação intrínseca ao fato de que ao longo dos anos, a omissão do poder público ampliou o problema, dando espaço para esses governos genéricos, trabalhando com ditaduras paramilitares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o que foi relatado até aqui pode-se inferir alguns pontos fundamentais. A criminalidade tem uma relação intrínseca com a precariedade urbana e se aproveita dela para manter o seu poder. A expansão dos grupos criminais está ligada com a má gestão de políticas públicas e a falta de intervenção do Estado para a melhora do espaço urbano. Mesmo que o crime cresça e se fortaleça na baixa intervenção do Estado, ele não tem a capacidade de assumir por esse papel completo, visto que, as áreas geridas por esses grupos ainda são alvos de vulnerabilidade e pobreza.

A perspectiva criada historicamente a respeito dessas áreas de vulnerabilidade, ajudam na segregação e influenciam no acesso a serviços básicos. Logo, o que é visto não é um planejamento de desenvolvimento e fomento da acessibilidade por parte do poder público, mas sim uma constante higienização dessas áreas, caso sejam vistas como problema para a população que paga pelo acesso ao espaço urbano. Foi visto que essa dinâmica não é algo novo, mas que permeia o modelo urbano a bastante tempo. Contudo, o que de fato é alarmante é como a criminalidade tem se adaptado, ao longo do tempo, para expandir e alcançar novas áreas. Por conseguinte, nota-se cada vez mais a violência se tornado um modelo de coerção e reafirmação de soberania no território.

Ademais, a milícia não é um simples sistema criminal é uma relação complexa entre atores do Estado que possuem poder militar e a terceirização do serviço público. Com isso, há a necessidade de três fatores fundamentais para se sustentar que são: controle territorial, capital político e apoio estatal. A milícia é dependente da ausência de intervenção estatal para expansão dos seus negócios, muita das vezes é dado a ela o poder de um “Estado terceirizado” pela incapacidade do poder público lidar com todas as dinâmicas que ocorrem em seu território. Diferente do tráfico, a coerção da milícia é subjetiva, o uso do medo é mais eficaz do que a própria arma, a violência é resguardada para inimigos e aqueles que não seguem as regras. Além disso, o modelo miliciano não se sustenta só na violência, mas também oferece algo de benefício para comunidade, e muitas vezes isso se encontra na oportunidade dos moradores poderem planejar um futuro.

Por fim, ao se ater a realidade do Rio de Janeiro é de suma importância não banalizar o sistema de violência. Mesmo que a criminalidade permeia o cotidiano da população, é importante entender que essas disputas e avanço criminal se dão pela ineficiência do Estado de atender as demandas populacionais. Portanto, o impasse central entre criminalidade e precariedade urbana está na ineficiência do Estado de exercer seu papel dentro da dinâmica social. Por este motivo, nota-se a falta de políticas públicas bem pensadas e planejamentos urbanos estruturados. Essa atitude tem como consequência, uma sociabilidade cada vez mais violenta e um território tomado por essas facções. A terceirização do papel do Estado não pode ser vista como uma realidade comum, mas sim um problema social grave que afeta a vida dos cidadãos de maneiras extremas.

REFERÊNCIAS

ZALUAR, Alba. **Integração perversa, Pobreza e Tráfico de Drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MANSO, Bruno Paes. **República das Milícias, dos esquadrões da morte, era Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2022.

MACHADO, Luiz Antônio. **Vida sob o cerco, Violência e Rotinas nas favelas do Rio de Janeiro**. Faperj, Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, Monique Batista, **MILÍCIAS, FACÇÕES E PRECARIÉDADE**. Rio de Janeiro, 2023.

VALLADARES, Licia. **A gênese da favela carioca: A produção anterior às ciências sociais**. Outubro, Rio de Janeiro, v. 15, 2000.

HIRATA, Daniel; COUTO, Maria Isabel. **Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2022.

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Marcelo Gomes Ribeiro. Índice de Bem-Estar Urbano. 2010. Disponível em: <https://ibeu.observatoriodasmetrololes.net.br/ibeu-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 23 de novembro de 2023

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. **Favelas sob o controle das Milícias no Rio de Janeiro: que paz? São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 21, 2007.